



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: Contratação de empresa especializada para execução da instalação de subestação aérea trifásica de 112,5 kVA, contemplando fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, testes, comissionamento e demais serviços necessários, incluindo sistema de medição em mureta de alvenaria e ramal subterrâneo em tubulação de PVC rígido roscável para alimentação do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), destinada à energização e ao pleno funcionamento do novo prédio da Câmara Municipal de Cajazeiras/PB, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, padrões da concessionária de energia elétrica e demais exigências legais e regulamentares vigente.

3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: A presente contratação justifica-se pela necessidade de viabilizar o fornecimento regular e seguro de energia elétrica ao novo prédio da Câmara Municipal de Cajazeiras-PB, estrutura que abrigará as atividades administrativas, legislativas e institucionais do Poder Legislativo Municipal. A instalação da subestação aérea trifásica de 112,5 kVA constitui etapa indispensável para a energização da edificação, uma vez que a carga elétrica projetada para o imóvel demanda atendimento em conformidade com os critérios técnicos estabelecidos pela concessionária de energia elétrica e pelas normas técnicas aplicáveis. Sem a execução dessa infraestrutura, torna-se inviável o funcionamento dos sistemas essenciais da edificação, tais como iluminação, climatização, equipamentos de informática, sistemas de segurança, comunicação, sonorização e demais instalações necessárias ao desempenho das atividades institucionais. A contratação de empresa especializada mostra-se necessária em razão da complexidade técnica dos serviços, que exigem profissionais habilitados, capacidade operacional específica e observância rigorosa das normas de segurança elétrica, incluindo as disposições da NR-10, normas da ABNT e regulamentos da concessionária de energia. Além disso, a conclusão da instalação elétrica de média tensão permitirá a efetiva utilização do novo prédio público, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores, maior conforto aos vereadores e à população usuária dos serviços legislativos, bem como a adequada preservação do patrimônio público recém-construído. Dessa forma, a contratação atende ao interesse público, garantindo a operacionalização da nova sede da Câmara Municipal de Cajazeiras/PB, a continuidade dos serviços públicos prestados pelo Poder Legislativo e o adequado aproveitamento dos investimentos realizados na construção da edificação.

4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	Contratação de empresa especializada para execução da instalação de subestação aérea trifásica de 112,5 kVA, contemplando fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, testes, comissionamento e demais serviços necessários, incluindo sistema de medição em mureta de alvenaria e ramal subterrâneo em tubulação de PVC rígido roscável para alimentação do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), destinada à energização e ao pleno funcionamento do novo prédio da Câmara Municipal de Cajazeiras-PB, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, padrões da concessionária de energia elétrica e demais exigências legais e regulamentares vigentes	serviço	1

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

Início: Imediato;

Conclusão: 30 (trinta) dias.

A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Salienta-se que neste instrumento de planejamento foram consideradas as especificações da pretensa contratação, definidas pelo setor técnico competente e detalhadas nos respectivos documentos decorrentes, preliminarmente elaborados quando necessários, a exemplo de memórias de cálculo, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros.

A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

7. Levantamento de mercado

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivaram a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: Contratação de empresa especializada para execução da instalação de subestação aérea trifásica de 112,5 kVA, contemplando fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, testes, comissionamento e demais serviços necessários, incluindo sistema de medição em mureta de alvenaria e ramal subterrâneo em tubulação de PVC rígido roscável para alimentação do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), destinada à energização e ao pleno funcionamento do novo prédio da Câmara Municipal de Cajazeiras/PB. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

9. Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Salienta-se que a Administração optou por preservar o sigilo da estimativa do valor da contratação até a conclusão da licitação. Nesse caso o orçamento estimado da contratação terá caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, sendo que o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo, nos termos do Art. 24, da Lei 14.133/21.

A justificativa para a opção do orçamento estimado sigiloso, observadas os aspectos e características da contratação, é fundamentada no entendimento da Administração no sentido de que, atribuindo-se o caráter sigiloso do valor estimado, aumenta a dinâmica da competitividade no certame, com potencial fomento à disputa e, consequentemente, ampliando a probabilidade da obtenção de melhores ofertas, e sem qualquer prejuízo para os interessados, pela indispensável divulgação do detalhamento dos quantitativos e demais informações necessárias para a devida elaboração de suas propostas.

A estimativa preliminar do valor da pretensa contratação, com a indicação dos elementos que lhe dão suporte, constará de anexo classificado a este Estudo Técnico Preliminar - ETP, em decorrência da opção administrativa pelo orçamento estimado sigiloso, conforme as disposições do Art. 18, § 1º, da Lei 14.133/21.

10. Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é: Contratação de empresa especializada para execução da instalação de subestação aérea trifásica de 112,5 kVA, contemplando fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, testes, comissionamento e demais serviços necessários, incluindo sistema de medição em mureta de alvenaria e ramal subterrâneo em tubulação de PVC rígido roscável para alimentação do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), destinada à energização e ao pleno funcionamento do novo prédio da Câmara Municipal de Cajazeiras/PB, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, padrões da concessionária de energia elétrica e demais exigências legais e regulamentares vigente. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior

à demandada no ato convocatório, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala; quer seja na forma material, não sendo admitida a participação de consórcio. No entanto, poderá ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

12.Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: Contratação de empresa especializada para execução da instalação de subestação aérea trifásica de 112,5 kVA, contemplando fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, testes, comissionamento e demais serviços necessários, incluindo sistema de medição em mureta de alvenaria e ramal subterrâneo em tubulação de PVC rígido roscável para alimentação do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), destinada à energização e ao pleno funcionamento do novo prédio da Câmara Municipal de Cajazeiras/PB.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de extinção contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13.Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

14.Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15.Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Cajazeiras - PB, 02 de Junho de 2026.

JOSEFA FLÁVIA DE SOUSA OLIVEIRA
Chefia do Setor Administrativo e Financeiro



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

ANEXO AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. Objeto

Contratação de empresa especializada para execução da instalação de subestação aérea trifásica de 112,5 kVA, contemplando fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, testes, comissionamento e demais serviços necessários, incluindo sistema de medição em mureta de alvenaria e ramal subterrâneo em tubulação de PVC rígido roscável para alimentação do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), destinada à energização e ao pleno funcionamento do novo prédio da Câmara Municipal de Cajazeiras/PB, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, padrões da concessionária de energia elétrica e demais exigências legais e regulamentares vigentes.

2. Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI de referência e dos Encargos Sociais - ES cabíveis, foi definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros na forma estabelecida no Art. 23, § 2º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo a média dos preços encontrados.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 125.428,50.

Cajazeiras - PB, 02 de Junho de 2026.

JOSEFA FLÁVIA DE SOUSA OLIVEIRA
Chefia do Setor Administrativo e Financeiro



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - APROVAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da instalação de subestação aérea trifásica de 112,5 kVA, contemplando fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, testes, comissionamento e demais serviços necessários, incluindo sistema de medição em mureta de alvenaria e ramal subterrâneo em tubulação de PVC rígido roscável para alimentação do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), destinada à energização e ao pleno funcionamento do novo prédio da Câmara Municipal de Cajazeiras/PB, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, padrões da concessionária de energia elétrica e demais exigências legais e regulamentares vigentes.

1.0. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.1. O referido Estudo Técnico Preliminar apresenta os trabalhos iniciais realizados, onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avaliada como viável, demonstrando os elementos e as indicações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0. DA APROVAÇÃO

2.1. Fica o Estudo Técnico Preliminar em tela aprovado nos termos como se apresenta.

Estudo Técnico Preliminar aprovado - Art. 6º, XX, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação."

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação - planejamento preliminar - e servem para assegurar a sua viabilidade técnica bem como o tratamento de seu impacto ambiental.

Cajazeiras - PB, 02 de Junho de 2026.

LINDBERG LIRA DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Cajazeiras